



Termina hoje prazo para entendimento sobre CPI

Líderes partidários anunciaram, após reunião com Garibaldi Alves, que termina às 14h o prazo para entendimento a respeito da indicação de um senador da oposição para presidir a CPI dos Cartões. No Plenário, Arthur Virgílio (com Papaléo Paes e Sérgio Guerra) disse que PSDB não abre mão do cargo. **Página 5**

Análise de vetos é adiada para 6 de março

A fim de facilitar o exame do Orçamento, a sessão do Congresso Nacional destinada a examinar vetos foi adiada de hoje para a próxima semana. O número de mensagens presidenciais a serem analisadas subiu para 19. **Página 6**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.753 – Brasília, quarta-feira, 27 de fevereiro de 2008

Comissão faz acordo e examina Orçamento

Contribuiu para o entendimento a desistência do relator de direcionar R\$ 534 milhões para obras de um anexo de metas e prioridades do governo

Um acordo parcial, depois de cinco dias de impasse, permitiu à Comissão Mista de Orçamento a retomada do exame da proposta orçamentária para 2008. À noite, foi lido o relatório final, cuja discussão ficou para hoje, a partir das 11h. Antes, os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, chegaram a cogitar a possibilidade de levar a proposta diretamente para decisão do Plenário. **Página 3**



Garibaldi e Chinaglia (esq. e dir., à cabeceira da mesa) reúnem líderes partidários em busca de acordo na Comissão de Orçamento

Um problema que pode virar negócio

Subcomissão que pretende transformar o tratamento do lixo e a reciclagem em temas relevantes para municípios terá mais 12 meses para apresentar conclusões. **Página 7**

Desmatamento terá audiência pública

Comissão que estuda aquecimento global quer conhecer as providências do governo para combater desmatamento da Floresta Amazônica. **Página 7**



Aposentados ocupam o Plenário do Senado e pedem votação de matérias de seu interesse como a garantia de reajustes salariais

Aposentados cobram no Senado reposição do poder de compra

Na homenagem ao Dia Nacional do Aposentado, Senado ouve reivindicações da categoria, que pede a recuperação de direitos e do poder de compra dos benefícios pagos. **Páginas 4 e 5**



Parecer aprovado na CAE garante a servidores do extinto BEP os mesmos direitos dos funcionários do Banco do Brasil

Comissão aprova incorporação do Banco do Piauí ao BB

A mensagem presidencial (254/07) que incorpora o Banco do Estado do Piauí (BEP) ao Banco do Brasil (BB) foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria vai agora para o Plenário, em regime de urgência.

Desde 2001, a União assumiu o compromisso de privatizar o BEP, mas a operação não foi concretizada. Para pôr fim à indefinição e à conseqüente deterioração do patrimônio público – como previu o ministro da Fazenda, Guido Mantega –, os governos estadual e federal optaram pela incorporação do BEP ao BB. O relator na CAE, Inácio Arruda (PCdoB-CE), acolheu emenda dos senadores do Piauí Heráclito Fortes (DEM),

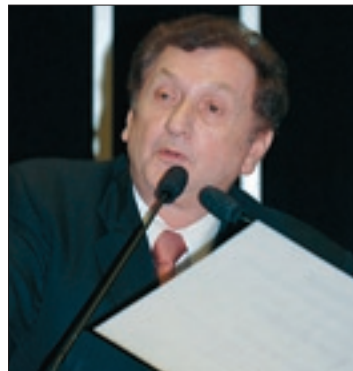
Mão Santa (PMDB) e João Vicente Claudino (PTB) que visa garantir aos servidores do Banco do Piauí, após a incorporação, os mesmos direitos concedidos aos servidores do Banco do Brasil.

Também em regime de urgência, a CAE aprovou autorização para o governo brasileiro contratar, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), empréstimo de US\$ 7,150 milhões. Os recursos serão usados no aperfeiçoamento das políticas públicas executadas pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O relator foi o senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Mão Santa saúda “final feliz” para funcionários do BEP

O senador Mão Santa considerou como “final feliz” para os funcionários do extinto Banco do Estado do Piauí o acolhimento, na CAE, de emenda proposta pela bancada do estado para garantir-lhes benefícios na incorporação do banco pelo BB.

Mão Santa assinalou que, apesar de o BEP nunca ter sido fonte de problemas financeiros e de ter gerado lucros, a União havia adotado a meta de federalizar os bancos



Mão Santa comemora aprovação de emenda para garantia de direitos

estaduais e exigiu que o capital fosse dobrado. O senador disse que, desde então, a preocupação maior foi com os funcionários.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Senado tem de analisar três medidas provisórias que obstruem outras votações

Às 14h terá início a sessão deliberativa do Senado, cuja pauta continua trancada por três medidas provisórias, que precisam ser votadas antes de qualquer outro assunto. A primeira delas abre crédito extraordinário, em favor de órgãos do Poder Executivo, no valor de R\$ 3,25 bilhões. Caso aprovada a MP, o Ministério da Saúde receberá R\$ 1,7 bilhão, dos quais a maior parte será repassada aos municípios.

Tarifas de telecomunicações

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza às 9h audiência pública para debater os valores das tarifas dos serviços de telecomunicações.

Biocombustíveis

A Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis reúne-se às 9h30 para avaliar três requerimentos. Entre eles, a solicitação de audiência sobre matérias-primas para produção de etanol e combustíveis automotivos.

CCJ examina propostas sobre suplência de senador

Uma pauta de 22 itens deve ser analisada a partir das 10h pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Entre esses itens está o substitutivo a sete propostas que tratam da suplência de senadores. Também consta da pauta o projeto que visa estabelecer prazos para formalização de acórdãos, intimações e interposição de recursos no âmbito do processo administrativo fiscal federal.



Reserva de vagas para indígenas

Audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que se reúne às 10h, visa instruir o PLS (155/00) que dispõe sobre reserva de vagas nos concursos públicos para trabalhadores indígenas.

Orçamento busca votar relatório final

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 11h para discutir e votar o relatório final apresentado pelo deputado José Pimentel (PT-CE) ao projeto de lei orçamentária de 2008 (PL 30/07-CN).

Planos de saúde na pauta da CAS

A primeira proposição da pauta de 11 itens da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) é o substitutivo a quatro projetos que alteram a lei dos planos e seguros privados de assistência à saúde (Lei 9.656/98) a fim de permitir, entre outros benefícios, a contratação de coberturas reduzidas. Também deverá ser analisado o substitutivo a dois projetos que conferem ao empregado o direito de escolher o banco ou agência bancária em que prefere receber seu salário. A CAS tem reunião às 11h.



Plano de viação

Oito projetos para alterar o Plano Nacional de Viação devem ser analisados pela Comissão de Infra-Estrutura (CI), a partir das 14h.

CPI das ONGs

Às 11h, a Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais aprecia requerimentos.

Agricultura

Está marcada para as 10h a reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para analisar sete proposições.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Mão Santa, Tião Viana e Romeu Tuma

Geraldo Magela



Marisa teme pelo destino de contratados no caso de rejeição

Marisa Serrano: faltou requisito de urgência para TV

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) queixou-se em Plenário da falta de participação do Congresso e da população nas decisões do governo que levaram à criação da TV Brasil.

Marisa Serrano considerou que a medida provisória que criou a nova TV estatal não atende ao requisito de urgência. Ela mostrou-se preocupada, na hipótese de rejeição da matéria pelo Senado, com o destino dos mais de 2 mil funcionários contratados pelo Executivo para trabalhar na emissora.

Presidentes do Senado e da Câmara cobram rápida decisão sobre o projeto de lei orçamentária. Relatório final foi lido ontem à noite na CMO e discussão ocorrerá hoje a partir das 11h

Comissão chega a acordo parcial para votar o Orçamento deste ano

Depois de cinco dias de impasse, um acordo parcial permitiu que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) voltasse a examinar na noite de ontem o relatório final do Orçamento de 2008. O acerto preliminar foi feito em uma reunião entre o presidente do Senado, o presidente da CMO, o relator-geral do Orçamento de 2008 e líderes partidários, no final da tarde. À noite, foi lido o relatório final e a discussão ficou para hoje, a partir das 11h.

Pelo acordo, o relator, deputado José Pimentel (PT-CE), desistiu de direcionar R\$ 534 milhões para obras do chamado "Anexo de Metas e Prioridades" do governo federal, que consta do projeto orçamentário. A



José Maranhão (D) conversa com deputados na reunião da CMO

destinação desse dinheiro foi questionada enfaticamente durante todo o dia pelo PSDB, depois que o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que teria havido um "contrabando" de emendas de parlamentares para esse anexo, o que, no entendimento do partido, não seria

correto.

A CMO decidiu, em junho do ano passado, colocar o anexo na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, no final do ano, a mesma listagem foi incluída no projeto do próprio Orçamento – decisões aprovadas pelos integrantes da Comissão de Orçamen-

to. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a lista contém 96 emendas sugeridas por parlamentares. Na prática, ainda conforme a reportagem, os autores dessas emendas acabaram sendo privilegiados no Orçamento, conseguindo emendas superiores em valores destinados de forma igualitária a todos os deputados e senadores.

Ontem pela manhã, os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, disseram esperar que a comissão mista decidisse o mais rapidamente possível sobre o Orçamento, sob o risco de terem que chamar ao Plenário do Congresso a votação da matéria. Eles deram esse aviso logo depois de reunião com os líderes.

Relatório lista 65 obras federais com irregularidades

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Irregularidades Graves. O parecer lista 65 obras federais com diversos tipos de irregularidades e que, ao longo do ano, podem ficar impedidas de receber recursos até que os problemas sejam sanados.

As obras agora passam a integrar o Anexo VI do relatório final do projeto de lei do Orçamento da União para 2008. Até a votação da proposta, pode haver exclusão de obras desse rol ou inclusão de novas, a depender do exame de novos avisos do Tribunal de Contas da União (TCU), como esclarece o relator do comitê, deputado Eduardo Valverde (PT-RO).

Do total da lista, mais de 90% referem-se a projetos rodoviários e para a construção de barragens, ainda de acordo com o relator.

Geraldo Magela



Flexa Ribeiro: mais de 3 mil projetos aguardam análise

Flexa Ribeiro cobra a aprovação de planos de manejo

Ao comentar as recentes operações de fiscalização empreendidas pelo governo federal em seu estado, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou do Ibama e da Secretaria de Meio Ambiente do Pará agilidade na aprovação de planos de manejo para exploração sustentável de madeira nas florestas paraenses.

Segundo o parlamentar, existem atualmente no Pará mais de 3 mil projetos de manejo florestal – apresentados por madeireiras da região – aguardando análise e aprovação dos órgãos ambientais.

Relator não usará R\$ 534 milhões do Anexo de Metas

Reunidos com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, líderes partidários e o relator-geral do Orçamento, deputado José Pimentel (PT-CE), concordaram com a decisão do relator de cancelar gastos de R\$ 534 milhões usados em projetos do chamado "Anexo de Metas e Prioridades" do Orçamento 2008. Esse anexo foi criado pela Comissão Mista de Orçamento com a listagem de todos os programas e projetos prioritários do governo.

A CMO só criou esse anexo porque o Executivo não o encaminhou ao Congresso, como fez nos anos anteriores. Agora, os R\$ 534 milhões serão redistribuídos aos dez relatores setoriais do Orçamento, os quais deverão utilizar os recursos em emendas coletivas que não tinham sido atendidas. As verbas serão destinadas a emendas em comum acordo entre os relatores e a liderança do governo no Congresso.

Sérgio Guerra acusa grupo de manipular a comissão

O presidente do PSDB, Sérgio Guerra (SE), defendeu ontem, em discurso no Plenário, o encerramento das atividades da Comissão Mista de Orçamento. Ele disse que um grupo, "que se sobrepõe ao relator e ao presidente, aprova arbitrariedades, com encaminhamento ilegal, imprudente, injusto e equivocado de algumas matérias". O senador sugeriu a criação de uma comissão de sistematização, com a participação de todos os parlamentares no decorrer do ano.

Sérgio Guerra citou matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, na segunda-feira, que acusa a CMO de produzir um anexo ao Plano Plurianual (PPA) no Orçamento da União de 2008 que não constava na proposta enviada pelo governo federal e que provocaria gastos de R\$ 534 milhões em obras.

O senador conclamou os congressistas a não votarem o dispositivo e criticou ainda a tentativa de

revogação de uma decisão tomada anteriormente, que impede a participação por dois anos subsequentes de um mesmo parlamentar na CMO. Segundo Sérgio Guerra, como a estrutura da comissão está viciada, manter alguns dos mesmos integrantes é "comprometer o funcionamento do Congresso".

Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu o presidente e o relator da CMO, senador José Maranhão (PMDB-PB) e deputado José Pimentel, respectivamente, que, em sua avaliação, fizeram um trabalho "da maior importância".



Sérgio Guerra diz que "grupo aprova arbitrariedades"



Ideli afirma que governo atual prioriza distribuição de renda

Ideli aponta diferença entre Lula e FHC

Ao debater em Plenário as razões do bom momento econômico vivido pelo país, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), negou que o sucesso da política econômica do governo Lula tenha se dado exclusivamente por haver seguido a receita da responsabilidade fiscal e do Estado mínimo.

Segundo Ideli, a diferença fundamental entre a política econômica adotada pelo atual governo e a do governo anterior é a prioridade dada pelo presidente Lula à distribuição de renda e à inclusão social.

Senado aprova Kátia Magalhães para integrar TST

Com 53 votos a favor e 4 contrários, o Senado acolheu ontem, em regime de urgência, a indicação de Kátia Magalhães Arruda, juíza do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 16ª Região (estado do Maranhão), para compor o Tribunal Superior do Trabalho (TST), no cargo de ministra togada. Ela vai ocupar a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Gelson de Azevedo.

A indicação recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou por unanimidade o voto do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). A juíza Kátia Magalhães será a primeira mulher nordestina a assumir a função de ministra do TST. Ela se descreve como uma defensora da celeridade no acesso à Justiça, da melhoria na qualidade e nos serviços prestados ao cidadão e da responsabilidade social.

Senadores apóiam luta dos aposentados para re

A luta em busca dos direitos – principalmente pela recuperação das perdas salariais e aprovação de projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que recupera o poder de compra da categoria – foi a tônica dos discursos na sessão especial do Senado em homenagem ao Dia Nacional do Aposentado. Parlamentares, autoridades do Executivo, aposentados e pensionistas lotaram o Plenário.

A sessão foi aberta pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, que convidou para compor a Mesa o ministro da Previdência Social, Luiz Marinho; Paulo Paim, autor do requerimento da homenagem; o presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, Benedito Marcílio; o representante dos aposentados do Senado, Nísio Tostes; e o presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, Edson Guilherme Haubert.

A solenidade começou com a execução do *Hino Nacional* e da música *Meu Velho*, interpretadas por Sônia de Menezes, com acompanhamento do maestro Paulo Hahom.

Aposentados entregaram rosas aos senadores, procurando sensibilizá-los a apoiar e aprovar projetos de lei que tragam benefícios à categoria.

Ao encerrar a sessão especial, Paim foi ao gabinete do presidente do Senado, acompanhado de aposentados, solicitar a inclusão das matérias de interesse da categoria na pauta de votações.

Além de Garibaldi Alves, de Paulo Paim e do ministro Luiz Marinho, discursaram na solenidade os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Efraim Morais (DEM-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Mário Couto (PSDB-PA), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), José Nery (PSOL-PA), Serys Slhessarenko (PT-MT), Magno Malta (PR-ES), Valter Pereira (PMDB-MS), Papaléo Paes (PSDB-AP), Mão Santa (PMDB-PI), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Flávio Arns (PT-PR) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

GARIBALDI ALVES

Observando que, quanto maior for a expectativa de vida do trabalhador maior será a perda salarial após se aposentar, Garibaldi Alves pediu uma discussão madura da questão, por considerar essa perda incompatível com os índices de crescimento do Brasil.

MÁRIO COUTO

Ao anunciar requerimento para que 2008 seja o “ano das soluções dos problemas dos aposentados”, Mário Couto disse não ter dúvidas de que o projeto de Paulo Paim (PLS 58/03) que visa recuperar perdas salariais será aprovado pelo Senado.

ALVARO DIAS

Segundo Alvaro Dias, “é diária a luta dos aposentados e pensionistas por tratamento digno, pois o desrespeito se manifesta de diversas formas”. Ele lembrou que um terço dos inativos é obrigado a trabalhar, devido aos baixos rendimentos que recebe.

MESQUITA JÚNIOR

Em seu discurso, Geraldo Mesquita Júnior afirmou ser mais necessário “amparar os aposentados vivos do que homenagear os que já morreram”. Para isso, assinalou, basta obedecer aos artigos da Constituição que garantem direitos dos aposentados.

EFRAIM MORAIS

Na avaliação de Efraim Morais, o aposentado tem sido espoliado, no Brasil, ao longo de vários governos, e tratado como bode expiatório por “administradores inescrupulosos que não sabem respeitar o dinheiro público”.

JOSÉ NERY

Osenador José Nery afirmou, em discurso na sessão de homenagem ao Dia Nacional do Aposentado, que cada trabalhador, cada aposentado, deve estar atento a quem no Congresso e no governo está interessado em garantir os direitos dos aposentados.



Com o Plenário do Senado ocupado por parlamentares, representantes dos trabalhadores inativos e autoridades, homenagem ao Dia Nacional do Aposentado é marcada

MAGNO MALTA

Para Magno Malta, as dificuldades enfrentadas pelos aposentados não podem ser creditadas ao presidente Lula. Na opinião do senador, o chefe do governo tem mostrado sensibilidade em relação aos problemas dos pobres e dos aposentados.

LÚCIA VÂNIA

Lúcia Vânia lembrou sua atuação na Secretaria de Assistência Social (governo de Fernando Henrique), quando foi garantido um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência. A senadora também ressaltou o trabalho de Paim em favor dos aposentados.

VALTER PEREIRA

Argumentando que a medida não vai quebrar a Previdência, Valter Pereira pediu o fim da taxa de 11% sobre o salário dos servidores inativos. Disse que o valor da arrecadação é “muito pequeno para o Estado, mas muito grande para aposentados e pensionistas”.

FLÁVIO ARNS

Na opinião de Flávio Arns, é preciso colocar em prática o Estatuto do Idoso. O parlamentar observou que o principal ponto do estatuto refere-se a salário e renda, questões fundamentais, a seu ver, para que os aposentados alcancem o respeito que merecem.

PAPALÉO PAES

Ao ressaltar que deixou a base aliada porque não concordava com a reforma da Previdência Social, Papaléo Paes afirmou que, se o governo abrir mão de criar a TV pública, poderá suspender a cobrança de 11% do salário dos servidores aposentados.

ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Pedindo a aprovação de seu projeto (PLS 68/03) sobre aposentadoria especial a servidores que trabalhem em condições prejudiciais à saúde, Antônio Carlos Valadares disse que os aposentados ainda têm muitos direitos a serem conquistados e reconhecidos.

Recuperar perdas

FLEXA RIBEIRO

Pedindo o empenho dos parlamentares no sentido de encontrar melhores maneiras de garantir o reajuste dos benefícios dos aposentados, Flexa Ribeiro criticou a política adotada pelo atual governo, que, para o senador, vem “nivelando os salários por baixo”.

SERYS SLHESARENKO

Fazendo referência especial às mulheres aposentadas, Serys Slhessarenko disse que este é o momento de se cobrarem medidas visando garantir à categoria mais respeito e dignidade, principalmente na recomposição das defasagens salariais.

ROSALBA CIARLINI

Em seu discurso, Rosalba Ciarlini afirmou que ela e seu partido, o DEM, têm o compromisso de apoiar os aposentados na luta pela recuperação do justo valor dos benefícios. “Os aposentados não podem ser tratados de forma diferente dos demais trabalhadores”, disse.

LUIZ MARINHO

O ministro Luiz Marinho destacou as principais linhas de atuação da Previdência Social: aperfeiçoamento de gestão, combate à fraude e melhoria no tratamento aos aposentados. afirmou que apóia a aprovação do projeto de Paim que trata do reajuste salarial.



...pronunciamentos em defesa de projeto que recompõe poder de compra dos benefícios da categoria

MÃO SANTA

O fato de Luiz Marinho ter deixado o Plenário antes do final da sessão de homenagem ao Dia Nacional do Aposentado foi criticado por Mão Santa. O senador disse que a Casa definiu o reajuste das aposentadorias em 16,5%, mas o governo baixou para 4%.

PAULO PAIM

Autor do requerimento da sessão, Paulo Paim defendeu a inclusão na pauta do Congresso, para votação com urgência, do veto ao reajuste de 16,67% aos aposentados. Também pediu urgência para dois projetos (PLS 58/03 e PLC 42/07) que beneficiam a categoria.

LEOMAR QUINTANILHA

Presidente da Subcomissão do Idoso, Leomar Quintanilha garantiu que a sessão especial será um marco definitivo nas relações entre o trabalhador aposentado e o Senado. Ele classificou a iniciativa de “bela, importante e oportuna”.

RENAN CALHEIROS

Discursando na sessão deliberativa do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) defendeu uma maneira “mais justa” de correção das aposentadorias concedidas pelo INSS, que em 2007 tiveram aumento de apenas 3,3%, enquanto o salário mínimo foi reajustado em 8,57%.

Requerimento para criação de comissão parlamentar de inquérito exclusiva do Senado poderá ser lido na sessão de hoje se não houver acordo entre governo e oposição

Prazo para entendimento sobre a CPI dos Cartões termina hoje

Logo após a reunião, na manhã de ontem, com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, os líderes partidários anunciaram que se encerra hoje, às 14h, o prazo para entendimento a respeito da indicação de um senador da oposição para presidir a comissão parlamentar mista de inquérito que vai investigar irregularidades nos cartões corporativos do governo.

Líder do governo, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que essa foi uma decisão interna do Congresso, sem influência do Palácio do Planalto. Líder do DEM, José Agripino (RN) avisou que se, até as 14h de hoje, o governo não aceitar a indicação de um presidente de oposição para a CPI mista, será lido em Plenário o requerimento de criação de uma



Garibaldi (E) preside a reunião de líderes que busca acordo sobre comando de comissão

CPI exclusiva do Senado para a mesma investigação. Garibaldi Alves, por sua vez, saiu da reunião anunciando que continua confiante no entendimento.

– O prazo para o acordo sair ou não é amanhã [hoje] às 2h

da tarde. Se não sair, será lido o requerimento de criação da CPI dos Cartões Corporativos só do Senado. Estou acreditando no entendimento. O senador Romero Jucá disse que há essa possibilidade – afirmou Garibaldi.

Garibaldi diz que falta consenso sobre criação de CPIs

Em resposta a questão de ordem apresentada em Plenário por Mário Couto (PSDB-PA), o presidente do Senado, Garibaldi Alves, informou ainda não haver consenso sobre o encaminhamento a ser dado aos cinco requerimentos para criação de CPIs que aguardam leitura – um deles de autoria do próprio Mário Couto.

A oposição pressiona para que seja dada prioridade ao requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM), que cria uma CPI

exclusiva do Senado para investigar irregularidades no uso dos cartões corporativos do governo federal.

O requerimento de Arthur Virgílio, porém, foi o último dos cinco protocolados na Mesa do Senado. O primeiro dos que aguardam na fila é de Romeu Tuma (PTB-SP), para criação de uma CPI para investigar o esquema de fraudes em licitações da Petrobras, revelado pela Polícia Federal na Operação Águas

Profundas. Já o requerimento de CPI de Mário Couto pretende apurar supostas irregularidades em licitações do Dnit, apontadas em relatórios do TCU.

O senador Magno Malta (PR-ES) pede para que seja apurada a utilização da internet na prática de crimes de pedofilia, além da relação dos mesmos com o crime organizado. Há também uma proposta de criação da CPI do Apagão Intelectual, protocolada por Cristovam Buarque (PDT-DF).

Virgílio: PSDB não desiste de indicar presidente da comissão

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse ontem que o seu partido não abre mão de indicar o presidente da CPI mista que vai investigar supostas irregularidades na utilização dos cartões corporativos.

Virgílio afirmou que, no caso de não haver acordo para que a oposição indique um nome para o comando da CPI, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, estará obrigado a ler o requerimento de criação da CPI dos Cartões Corporativos do Senado. Para Virgílio, a posição de negociador assumida por Jucá é a mais sensata, porque busca preservar as

relações políticas no Senado. Ele observou que, se quiserem “empurrar para debaixo do tapete” as investigações, a CPI do Senado seria instalada e poderia servir para fazer a apuração devida.

Virgílio afirmou que a oposição não vai submeter à aprovação de ninguém o nome que indicar para a presidência da CPI. O parlamentar ressaltou que podem ser indicados os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

Reforma tributária

Arthur Virgílio disse ainda que será possível analisar a seriedade



Segundo Arthur Virgílio (foto), a posição de Jucá busca preservar relações políticas

da proposta governamental de reforma tributária se o governo interromper o envio de medidas provisórias ao Congresso e retirar as MPs que já estão tramitando. Para ele, quatro meses – março, abril, maio e junho – é um tempo curto para aprovar essa reforma, principalmente em ano eleitoral.

Análise prevista para hoje foi remarçada para permitir reuniões da Comissão de Orçamento. Com mais seis mensagens presidenciais, pauta do Congresso terá 19 itens

Início da votação dos vetos é adiado para a próxima semana

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, adiou de hoje para a quinta-feira, 6 de março, às 9h30, a sessão do Congresso que vai analisar 74 dos 885 vetos presidenciais que aguardam deliberação. À pauta da semana passada, foram acrescentadas seis mensagens presidenciais com vetos.

O adiamento foi necessário para que a Comissão Mista de Orçamento realize reuniões (o regimento não permite reunião de comissões enquanto houver votações em Plenário) e atenda aos apelos de Garibaldi e do presidente da Câmara, Arlindo

Chinaglia, para que conclua logo o relatório final sobre a proposta orçamentária para 2008.

Vetos incluídos

Além das 13 mensagens anteriormente definidas, foram incluídos os seguintes vetos:

- veto total ao projeto de lei do Senado (PLS 148/99) sobre transporte, alimentação e pousada a pacientes do Sistema Único de Saúde longe de seu domicílio;
- veto total ao projeto de lei da Câmara (PLC 61/02) que determina que obras artísticas, científicas ou literárias à venda passem a ser numeradas e assinadas pelo

autor;

- veto total ao PLC 2/02 sobre o afastamento de um dos cônjuges do lar;

• veto total ao PLC 103/02 sobre o abandono justificado do lar por um dos cônjuges;

- veto parcial ao PLC 51/06, na parte que considera penhorável até 40% do total das verbas de natureza alimentícia recebidas acima de 20 salários mínimos; e
- veto parcial ao PLC 50/03, na parte que trata de isenção de imposto de importação sobre aparelhos auditivos e cadeiras de rodas.

Escravidão, devastação e compadrio motivam corrupção, diz Cristovam

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a corrupção é a maior responsável por abalar o conceito dos políticos. Entre as causas da corrupção, Cristovam citou a escravidão, corrupta em si, e a devastação da natureza.

– Nós somos produtores de pau-brasil, não fomos ocupantes sérios de nossa terra – avaliou.

O sistema político não ficou de fora da análise do senador:

– O sistema é viciado em

compadrio. Isso incentiva a corrupção. É algo muito próximo da compra de voto: um compra com dinheiro, outro com favores.

O Orçamento, disse, também é incompatível com a moralidade:

– Vamos colocar R\$ 15 bilhões para a Justiça, R\$ 5 bilhões para o Congresso e apenas R\$ 8 bilhões para a educação de base. Essa é uma corrupção nas prioridades – alertou.

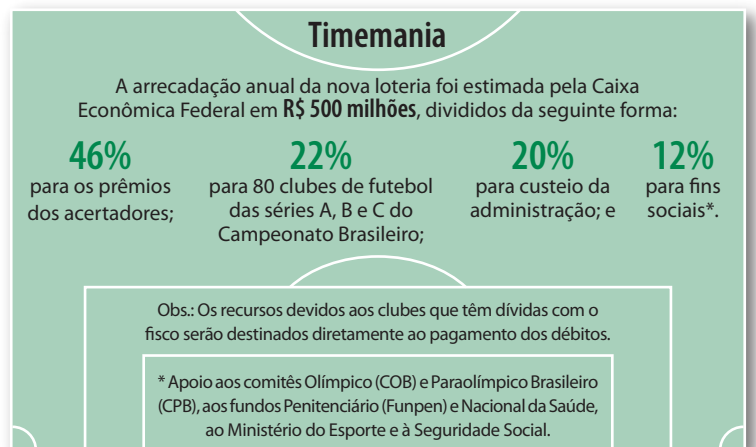
Cristovam lamentou que a



Foto: Geraldo Magela

Para Cristovam, o Orçamento, com apenas R\$ 8 bi para a Educação, também é corrupto

sociedade feche os olhos para a corrupção e para a impunidade. Por fim, criticou “a omissão dos honestos”.



Para Alvaro Dias, lei que criou a Timemania foi descumprida

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) denunciou que o decreto decreto regulamentador da loteria Timemania excluiu medida moralizadora aprovada pelo Congresso a partir de emenda de sua autoria. A proposição estabelecia que só poderiam se beneficiar dos resultados da Timemania os clubes cujos dirigentes não estivessem condenados em qualquer instância da Justiça.

– Essa atitude procura acobertar a corrupção e proteger desonestos – sustentou o parlamentar.

Criada pela Lei 11.345/06, a Timemania visa garantir recursos aos clubes brasileiros para pagamento de suas dívidas com a Previdência Social.

Alvaro informou ainda que um dos porta-vozes da Caixa teria alegado que a lei aprovada é inconstitucional e que o decreto teria procurado corrigir o problema.

– Um decreto não pode se sobrepor à lei e a Caixa não tem prerrogativas do Supremo – as-

sinalou o senador.

Modelo tributário

Alvaro também reivindicou uma discussão exaustiva – com a participação de governos estaduais, prefeituras e especialistas de todos os segmentos da economia –, para que o Congresso adote um modelo tributário moderno.

– Não queremos um modelo para este governo, mas para o país – afirmou.

O parlamentar disse ser inadmissível que a proposta que o governo vai encaminhar ao Congresso amanhã aumente a carga tributária e sobrecarregue ainda mais “os setores produtivos, já esmagados”.

O senador leu artigo do jornal inglês *Financial Times* que afirma que o peso dos impostos no Brasil chega a 37% do produto interno bruto (PIB), tão alto quanto o de muitos países desenvolvidos, e que no Brasil os pobres pagam mais impostos que os ricos graças a um modelo regressivo.

Embaixador da Áustria visita o Senado

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, recebeu ontem o embaixador da Áustria, Werner Brandstetter. Eles trataram dos preparativos para a visita ao Brasil do primeiro-ministro austríaco Alfred Gusenbauer, que deve ocorrer em 13 de maio, a convite do presidente Lula.

Fátima Cleide critica leis aprovadas em RO

Fátima Cleide (PT-RO) acusou o governador de Rondônia, Ivo Cassol, de ter proposto leis, aprovadas pela Assembléia Legislativa, que, segundo a senadora, retiram direitos e benefícios dos professores.

– É uma retaliação, porque os trabalhadores em educação sempre denunciaram a corrupção – disse.

Missa de sétimo dia por Jonas Pinheiro é celebrada no Congresso

O Salão Negro do Congresso abrigou na noite de ontem os familiares e amigos do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) na missa de sétimo dia de sua morte. Diversos parlamentares compareceram à cerimônia, conduzida pelo bispo dom Terra, e que contou ainda com a presença do presidente do

Senado, Garibaldi Alves, e do diretor-geral, Agaciel Maia.

Na ocasião, Gilberto Goellner, primeiro suplente do senador, reforçou seu compromisso com a continuação do trabalho do titular. Jonas Pinheiro faleceu no dia 19, aos 67 anos, em consequência de uma parada cardiorrespiratória.



Dom Terra (E) celebra missa no Salão Negro, em memória de Jonas Pinheiro (no telão)

Senadores dão boas-vindas a Goellner

Como Gilberto Goellner (DEM-MT), suplente do senador Jonas Pinheiro, já havia assumido temporariamente o mandato – de agosto a dezembro de 2005, em função de afastamento do titular –, não foi necessária uma cerimônia de posse formal.

Ontem, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, registrou a presença de Goellner em Plenário. José Agripino (DEM-RN), Jayme Campos (DEM-MT) e Magno Malta (PR-ES) também deram as boas-vindas a Goellner.

João Pedro protesta contra assassinato

O assassinato do líder comunitário Francisco da Silva, em Lábrea (AM) recebeu protestos de João Pedro (PT-AM). Silva foi morto com um tiro na testa defendendo a causa da população tradicional da localidade na luta contra os que exploram madeira ilegalmente. “Repudio essa violência e espero providências”, disse o senador.

Azeredo lamenta morte de Agostinho Patrus

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou ontem requerimento de voto de pesar pela morte, no último domingo, do ex-presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais Agostinho Patrus.

Agostinho foi deputado estadual por seis legislaturas consecutivas, entre 1983 e 2006.

Leopoldo Silva



Azeredo destaca duas empresas brasileiras líderes em tecnologia

Azeredo homenageia Embraer e Helibras

Duas empresas “líderes em tecnologia na fabricação de aeronaves e motivo de grande orgulho para o país” receberam homenagem de Eduardo Azeredo (PSDB-MG): a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), localizada em São José do Campos (SP), que está completando 39 anos, e a Helibras, em Itajubá (MG), única fabricante de helicópteros da América Latina.

A Embraer, disse o senador, já produziu mais de 4 mil aviões e opera em 69 países nos cinco continentes. A Helibras – subsidiária brasileira do Grupo Eurocopter – foi inaugurada há 28 anos. De acordo com Azeredo, o governo prevê que a Helibras fabrique helicópteros de grande porte para as Forças Armadas mediante troca de tecnologia com a França.

Jayme Campos propõe “Rodovia Jonas Pinheiro”

Um projeto de lei para denominar o trecho Cuiabá-Santarém (PA) da BR-163 “Rodovia Senador Jonas Pinheiro” foi apresentado por Jayme Campos (DEM-MT), para homenagear a memória do colega recentemente falecido.

– Jonas sabia enxergar, com lucidez, os anseios populares, identificando neles alternativa para a construção de uma sociedade produtiva e justa – avaliou.

Para Jayme Campos, o trabalho de Jonas Pinheiro em prol do campo brasileiro foi incansável, rendendo resultados positivos tanto no meio agrário quanto na indústria e no comércio do país.

Um dos autores de requerimento que prorroga trabalhos por 12 meses, Flexa Ribeiro quer transformar a reciclagem em assunto relevante nos municípios brasileiros

Subcomissão ganha mais prazo para apresentar diagnóstico sobre o lixo

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou solicitação dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Cícero Lucena (PSDB-PB) para prorrogar os trabalhos da Subcomissão sobre o Gerenciamento dos Resíduos Sólidos por mais 12 meses. O presidente da CMA, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), enfatizou a importância do assunto por entender que “lixo é problema que pode virar negócio”.

Lucena informou que os integrantes da subcomissão ainda não estão prontos para redigir uma proposta final sobre o tema. Já Flexa Ribeiro quer que lixo e reciclagem se transformem

em assuntos relevantes nos municípios brasileiros.

Na Alemanha, exemplificou Flexa Ribeiro, 5% do total de energia gerada provém da queima de resíduos sólidos, que chegam a ser importados da Itália.

Na mesma reunião, a comissão acolheu requerimento dos senadores Sibá Machado (PT-AC) e Jefferson Péres

(PDT-AM) para a realização de audiência sobre projeto de lei (PLS 213/07) que permite a cobrança de preço diferente daquele à vista nas compras com cartão de crédito.

A audiência deverá ter representantes do Banco Central, das secretarias de Acom-

panhamento Econômico do Ministério da Fazenda e dos Direitos Econômicos do Ministério da Justiça, bem como da Confederação Nacional do Comércio.

Por sugestão de Lucena e Flexa Ribeiro, a CMA também aprovou pedido de informações sobre licitação de equipamentos e procedimentos médico-hospitalares do Hospital Regional do Oeste do Pará em 2007 e 2008.



Comissão de Mudanças Climáticas vai discutir desmatamento

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas acolheu pedido do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) que solicita a realização de reunião, no próximo dia 6, com representantes dos ministérios do Meio Ambiente; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Justiça; da Ciência e Tecnologia; e do Desenvolvimento Agrário para discutir o aumento dos índices de desmatamento da Floresta Amazônica e as ações adotadas para combater o problema.

O relator da comissão, senador Renato Casagrande (PSB-ES), entende que o debate pode ajudar na elaboração de um relatório preciso sobre a emissão de gás carbônico pelo país na atmosfera.

– A intensificação do combate ao desmatamento amazônico e a consequente redução dos gases que formam o efeito estufa devem ser contribuições do Brasil – disse o senador.



Renato Casagrande (D) defende a medição precisa da emissão de gás carbônico do país na atmosfera

Casagrande afirmou que países emergentes, como China e Índia, poderiam contribuir mais, investindo em alternativas às termelétricas a gás ou a carvão mineral.

A comissão também decidiu promover discussão sobre a certificação e o pagamento dos créditos de carbono com o coordenador-geral de Mudanças Climáticas Globais de Clima do

Ministério da Ciência e Tecnologia, José Miguez, e o diretor de Gestão de Meio Ambiente e Créditos de Carbono da empresa AES Tietê, Demóstenes Barbosa da Silva. O colegiado vai avaliar ainda os resultados do Fórum Internacional de Mudanças Climáticas, realizado na semana passada, em Brasília, com a presença de mais de cem parlamentares de diversos países.

Serys elogia participação de Marina em fórum

Serys Shessarenko (PT-MT) lembrou a realização, na semana passada em Brasília, do Fórum de Legisladores do G8+5 sobre Mudanças Climáticas, onde a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, teve participação destacada.

Mais de cem parlamentares dos países do chamado G8 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia) e das cinco nações emergentes

(África do Sul, Brasil, China, Índia e México), além de países africanos, estavam presentes no evento. Os senadores Serys, Cícero Lucena (PSDB-PB) e Renato Casagrande representaram o Senado.

No encontro, disse Serys, foi elaborado documento, que será levado à reunião do G8 no Japão, sobre temas como biocombustíveis, desmatamento e créditos de carbono, que darão continuidade ao Protocolo de Kyoto.



Valadares propõe levantamento de propriedades e abatedouros

Valadares sugere elaboração de “mapa da carne”

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu às autoridades sanitárias brasileiras que façam um levantamento criterioso das propriedades e dos abatedouros em condições de produzir carne para exportação. Essa medida seria uma arma do Brasil na guerra concorrencial que se trava em torno do produto e que levou ao embargo do rebanho nacional por parte da União Européia, há cerca de um mês.

– Temos que fazer um mapa da carne de boa qualidade. Não podemos dar pretextos para as ações de nossos concorrentes.

Valadares observou ser necessário reconhecer a existência de propriedades e abatedouros fora dos padrões exigidos. “Esse embargo foi uma lição para nós”, afirmou.

Camata lamenta a morte de empresário italiano

A morte do empresário Ernesto Illy, aos 82 anos, ocorrida no dia 3, foi lamentada por Gerson Camata (PMDB-ES). O empresário era presidente honorário da torrefadora italiana Illy Caffè, com sede em Trieste, e, segundo o senador, “revolucionou a indústria do café”.

– Para esse alquimista do café, a qualidade era uma obsessão – disse.

Ernesto Illy assumiu a presidência do grupo em 1963 e, na busca pelo aprimoramento do grão brasileiro, enviou técnicos ao país para ensinar os segredos do manejo do café, instituiu o Prêmio Brasileiro de Qualidade de Café e criou a “Universidade Illy do Café”.

Gerardo Magliola



Serys representou o Brasil em fórum sobre meio ambiente

Gerardo Magliola

Senadores defendem apoio à produção independente e regional em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia sobre criação da TV pública

TV Brasil deverá fortalecer produção local, diz Franklin

A TV Brasil deverá destinar quatro horas de sua programação para a produção de emissoras locais e outras quatro horas para produções independentes, afirmou ontem o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins, em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A preocupação com a regionalização da programação da TV pública foi manifestada pela maioria dos senadores.

A medida provisória que cria a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil, deverá chegar ao Senado nos próximos dias. O texto principal da medida foi aprovado pelos deputados, que deverão concluir esta semana a análise dos destaques para votação

em separado.

O ministro informou que a EBC pretende integrar as diversas emissoras estaduais, de forma a constituir uma rede de TV pública no país, a exemplo da inglesa BBC e da francesa France Televison.

Cidadão

Em resposta a questionamento do senador Flávio Arns (PT-PR), Franklin Martins salientou que a TV Brasil buscará conquistar audiência “tratando o telespectador como cidadão e não como consumidor”.

A diretora de Jornalismo da emissora, Helena Chagas, ressaltou que a programação da TV Brasil será voltada à discussão de temas de interesse do país, com produções que normalmente não aparecem nas emissoras comerciais.

– Queremos uma TV com

o sotaque de todas as regiões.

A presidente da EBC, Tereza Cruvinel, considerou oportuna alteração feita pelo relator da MP na Câmara, deputado Walter Pinheiro (PT-BA) incluindo recursos do Fistel no orçamento da EBC. Para ela, a medida deverá conferir maior autonomia à rede pública de televisão.

Ao lembrar o sucateamento das emissoras públicas estaduais, Leopoldo Nunes Filho, diretor de Programação da TV Brasil, ressaltou que a EBC atuará no sentido de reequipá-las.

As possibilidades abertas à produção local pela evolução tecnológica, como a produção digital, também foram citadas por Marcelo Bechara, consultor jurídico do Ministério das Comunicações.



Leopoldo Nunes (E), Helena Chagas, Franklin Martins, Sérgio Zambiasi, Tereza Cruvinel e Marcelo Bechara

Senadores manifestam apoio com ressalvas

Durante a audiência pública na CCT, Flávio Arns ressaltou a importância da criação da TV Brasil para a produção independente realizada no país, que sofre com a falta de espaço de divulgação nas emissoras comerciais. Arns elogiou o modelo de gestão da Empresa Brasil de Comunicação, baseado na atuação de um conselho curador com representantes da sociedade. O senador sugeriu às emissoras públicas estaduais a adoção de modelo semelhante, para evitar ingerência política em sua programação.

Da mesma forma, Renato Casagrande (PSB-ES) considerou que o controle da sociedade poderá mudar o caráter das emissoras que hoje estão sob o comando dos governos estaduais.

Para João Pedro (PT-AM), a TV Brasil é “uma conquista da sociedade brasileira”. Ele defendeu maior espaço na programação da emissora para as questões da Amazônia.

A estratégia de regionalização da programação proposta pela TV Brasil também recebeu apoio do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Já Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou a criação da TV Brasil por meio de medida provisória. No ponto de vista do parlamentar baiano, se a criação da emissora houvesse ocorrido por projeto de lei, teria melhor aceitação no Congresso e estaria livre de eventuais resistências na apreciação da matéria pelo Senado.

Também o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou o uso de MP para criação da TV Brasil e disse esperar que sua gestão não sofra influências político-partidárias.

Debate sobre papel de fundação ligada a universidade

O papel das fundações vinculadas a instituições de ensino superior será debatido em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Requerimento nesse sentido, de autoria do presidente do colegiado, Cristovam Buarque (PDT-DF), foi aprovado ontem.

O presidente da CE explicou ter tomado a iniciativa de propor a audiência depois da divulgação de notícias sobre irregularidades em uma fundação ligada à Universidade de Brasília (UnB).

Na reunião, a comissão aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara 110/07, que inscreve o nome do Marechal Osório no Livro dos Heróis da Pátria. Foi ainda acatado parecer de Ideli Salvatti (PT-SC) pela rejeição do PLC 88/06, que veda a propaganda comercial em livros didáticos. A proibição foi considerada “excessivamente rigorosa” pela senadora.

Reserva de vagas para índios em concursos públicos?

A Comissão de Educação discute hoje, em audiência pública marcada para as 10h, a reserva de vagas nos concursos públicos para trabalhadores indígenas, proposta em projeto de lei (PLS 155/00) do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) que altera o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73).

Foram convidados a participar da reunião a coordenadora da Coordenação Escolar Indígena do Ministério da Educação, Susana Grillo; a subprocuradora da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, Déborah Macedo de Brito; o procurador-chefe da Fundação Nacional do Índio (Funai), Antônio Marcos Salmeirão; e a representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) em Brasília, Valéria Paye Pereira. A audiência ocorrerá na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.



Cristovam (D) e Sérgio Leitão, cuja indicação foi aprovada ontem

Para diretor da Ancine, Brasil pode ser potência audiovisual

O Brasil poderá ser “uma das potências audiovisuais do mundo globalizado”, disse ontem o jornalista e cineasta Sérgio Henrique de Sá Leitão, cuja indicação para o cargo de diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine) foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Educação e, mais tarde, acolhida em Plenário. Ele recorreu ao exemplo de *Tropa de Elite*, eleito o melhor filme do Festival de Berlim deste ano, para ressaltar o potencial de crescimento da indústria cinematográfica nacional.

O novo diretor previu que 150 novas salas de cinema serão abertas ao longo deste ano no Brasil. Ele considerou ainda positivas as perspectivas nos mercados de DVD, televisão

por assinatura e televisão aberta e ressaltou as possibilidades de crescimento de novos mercados, como os de IPTV – locação de filmes pela internet – e de televisão nos celulares.

O principal papel da Ancine, segundo Leitão, é o de estimular o mercado brasileiro para que coloque em prática o seu potencial de crescimento. A agência deve, para ele, empreender uma “política industrial de suporte ao mercado, de apoio aos empresários, às empresas e aos criadores”.

A convergência digital – que permite maior interação entre diferentes meios de comunicação – foi definida pelo diretor como uma “grande chance” para que o Brasil possa alcançar um novo patamar na indústria mundial do audiovisual.

Tentativa de aproximar o cinema brasileiro da escola

O cinema brasileiro poderá aproximar-se da escola e estimular o debate de temas nacionais junto a crianças e jovens de todo o país. A sugestão foi feita ontem pelo presidente da Comissão de Educação, Cristovam Buarque, e prontamente aceita pelo cineasta Sérgio Henrique de Sá Leitão, cuja indicação para diretor da Ancine acabara de ser aprovada pela comissão.

– O cinema poderá ajudar a mudar a cara da escola. A sala de aula anda chata e não fala a linguagem da criança – disse Cristovam.

Em resposta, Leitão propôs o estabelecimento de uma política nacional de cinema na escola, por meio da qual pelo menos um filme nacional seria exibido a cada mês em cada escola

brasileira. A exibição, a seu ver, deveria ser antecedida da preparação dos professores, que poderiam utilizar o conteúdo como instrumento de ensino.

Francisco Dornelles (PP-RJ) relatou a dificuldade dos donos de cinemas no interior do país para exibir filmes nacionais. Para enfrentar o problema, disse Leitão, deverá ser feito um esforço para consolidar as empresas brasileiras de distribuição, que poderão assegurar maior presença de filmes nacionais.

Cícero Lucena (PSDB-PB) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediram ao novo diretor maior apoio da Ancine à produção regional de audiovisual. Paulo Duke (PMDB-RJ) defendeu a permanência da sede da agência no Rio de Janeiro.